



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEEDU

LORENA CRISTINA GOMES PINTO

**Educação antirracista e a construção da identidade negra, na infância, nas escolas de
Mariana (MG)**

Mariana - MG

2024

LORENA CRISTINA GOMES PINTO

Educação antirracista e a construção da identidade negra, na infância, nas escolas de Mariana (MG)

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção de título de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Orientador da disciplina: Prof. Dr. Erisvaldo dos Santos. Orientadora do trabalho: Profa. Dra. Cristina Carla Sacramento.

Mariana - MG

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P659e Pinto, Lorena Cristina Gomes.
Educação antirracista e a construção da identidade negra, na infância,
nas escolas de Mariana (MG). [manuscrito] / Lorena Cristina Gomes Pinto.
- 2024.
26 f.: il.: tab..

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Carla Sacramento.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Autoestima em crianças. 2. Crianças negras. 3. Negros - Identidade
racial. 4. Prática profissional. I. Sacramento, Cristina Carla. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.015.3:316.647

Bibliotecário(a) Responsável: Eliane Apolinario Vieira Avelar - SIAPE: CRB6/3044



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lorena Cristina Gomes Pinto

Educação antirracista e a construção da identidade negra, na infância, nas escolas de Mariana (MG)

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 19 de outubro de 2024.

Membros da banca

Dra. Cristina Carla Sacramento - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Erisvaldo Pereira do Santos - Avaliador - Universidade Federal de Ouro Preto

Dra. Cristina Carla Sacramento, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13 /09/2025



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Carla Sacramento, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/09/2025, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0977691** e o código CRC **24A9B04C**.

Dedico esse trabalho, primeiramente, a Deus e a mim mesma, que mesmo diante dos desencorajamentos, ainda assim persistiu e seguiu seu sonho de menina em se tornar professora. Além disso, dedico a minha mãe, Débora, e a meus avós, Lisle e José, que sempre estiveram comigo, independente da situação. Dedico também aos meus irmãos Enzo e Kael, que me salvam todos os dias. As pessoas que se foram, as que vieram e as que ficaram.

“Quando me amei de verdade, compreendi que em qualquer circunstância, eu estava no lugar certo, na hora certa, no momento exato.”

Lagum (2023)

RESUMO

O presente trabalho investigou as práticas pedagógicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais, examinando suas contribuições para a construção da identidade e auto-estima das crianças negras, da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, em escolas da cidade de Mariana (MG). Como metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir da análise de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de graduandos(as) do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), disponíveis no repositório da referida instituição. Pode-se concluir que as práticas pedagógicas registradas, embora se comprometam com uma educação antirracista, que pode contribuir para a valorização da identidade negra, por meio da utilização de obras literárias e recursos didáticos que atendam as demandas da Lei 10.639/2003, ainda encontram desafios para a inserção da temática nas aulas. Os recursos didáticos escolhidos nem sempre representam a criança negra de forma positiva, dificultando a consolidação da autoestima positiva desses alunos, ao mesmo tempo em que ainda persistem situações de racismo velado, por parte da gestão, que desconsidera a existência do racismo e/ou acredita que não se deve falar sobre ele, reiterando uma postura de que se algo não é discutido, logo não existe.

Palavras-chaves: autoestima e criança negra; relações étnico raciais; identidade negra; Lei 10.639/2003 e práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This study investigated pedagogical practices focused on the education of ethnic-racial relations, examining their contributions to the construction of identity and self-esteem of Black children in Early Childhood Education and Elementary School I, in schools in the city of Mariana (MG). The methodology consisted of a bibliographic research, based on the analysis of undergraduate final papers (TCC) from students of the Pedagogy course at the Federal University of Ouro Preto (UFOP), available in the institution's repository. The findings indicate that the recorded pedagogical practices, although committed to an anti-racist education that may contribute to the appreciation of Black identity through the use of literary works and didactic resources in accordance with Law 10.639/2003, still face challenges regarding the insertion of the theme in classroom practices. The selected didactic resources do not always portray Black children positively, which hinders the consolidation of their positive self-esteem, while situations of covert racism persist on the part of school management, which either disregards the existence of racism or believes it should not be addressed, thus reinforcing the notion that if something is not discussed, it does not exist.

Keywords: self-esteem and Black children; ethnic-racial relations; Black identity; Law 10.639/2003; pedagogical practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
PRÁTICAS E RECURSOS PEDAGÓGICOS: CONTRIBUIÇÕES PARA O RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO.....	12
ADESÃO DOS PROFESSORES E DA GESTÃO ESCOLAR A LEI 10.639/2003.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	25

INTRODUÇÃO

Este trabalho investigou as práticas pedagógicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais em escolas da cidade de Mariana (MG), a fim de verificar como elas contribuem para a auto-estima e construção da identidade de crianças negras, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, área de maior atuação de Pedagogos(as). Para tanto, foi realizado o levantamento e a análise de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de graduandos(as) do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), disponíveis no repositório da instituição.

O trabalho parte do pressuposto de que as práticas pedagógicas antirracistas propostas pelo(a) docente podem mobilizar o senso crítico das crianças, contribuir para valorizar a sua identidade, o reconhecimento próprio e incentivar o respeito à diversidade étnico-racial.

Para tanto, é importante considerar que o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas requer uma formação qualificada de professores(as), para que se cumpra a lei 10.639/2003, de 09 de Janeiro de 2003, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"¹, (BRASIL, 2003, s.p). Para Sales Santos (2005, p. 34), somente a implementação da lei nos currículos e livros didáticos não é suficiente para as mudanças necessárias, visto que:

É fundamental que as universidades já formem professores qualificados para uma educação anti-racista e não eurocêntrica. Portanto, faz-se necessário pensar uma mudança profunda nos programas e/ou currículos das licenciaturas universitárias, uma vez que atualmente elas não são capazes de cumprir os objetivos da Lei nº 10.639/03.

A partir disso, podemos compreender que faz-se necessário que os(as) professores(as) tenham uma formação que também lhes permita estarem comprometidas(os) com a construção da identidade de seus alunos, pois a ausência de referências positivas na vida da criança prejudica este processo, sobretudo de crianças negras, podendo fazer com que elas cheguem à idade adulta rejeitando a sua origem racial (ANDRADE, 2005). Neste sentido, ressalto ainda, as contribuições de Alessandra Moraes e Simone Salomão (2014, p. 198), ao afirmarem que:

¹ Embora a lei 11.645/2008, atualize a lei 10.639/2003, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, o presente trabalho focou apenas no ensino da história e cultura afro-brasileira.

historicamente a escola tem dificuldade em lidar com o diverso, priorizando uma cultura homogeneizadora, monocultural e hegemônica. Desta forma, são silenciadas as múltiplas culturas que circulam neste ambiente (MOREIRA & CANDAU, 2003). Portanto, é necessário o reconhecimento do multiculturalismo dentro da escola, principalmente da parte dos professores em relação a seus alunos. Entender que cada pessoa carrega em si, então, em seu corpo, suas histórias, marcas de suas culturas, é fundamental para a valorização das identidades de grupos reprimidos pela monocultura hegemônica presente na escola.

Em outras palavras, as autoras destacam que quando nós professores(as) ignoramos o multiculturalismo, ou seja, a coexistência de várias culturas em um mesmo território e, neste caso, dentro de sala de aula, tal atitude não ignora somente a presença de uma cultura, mas também a existência de vida, de pessoas que são frutos dessa cultura. Compreendemos, então, que assim como pondera bell hooks (2013, p. 51) “Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa se refletir num processo pedagógico, nós, como professores - em todos os níveis, [...] temos de reconhecer que o nosso estilo tem de mudar”.

A partir desta perspectiva, conseguimos compreender que quando a criança se vê representada positivamente nos livros, ela pode passar a se olhar de maneira positiva, elevando a sua autoestima e estabelecendo outra relação com a sua identidade, ao longo de sua vida.

Tais fatos me fizeram problematizar algumas práticas com as quais estamos acostumados, como: definir a cor de um determinado lápis para representar o “lápis cor de pele” e realizar debates sobre consciência negra apenas em novembro, conscientizando as crianças através de bonitos murais feitos, muitas vezes, apenas para que se cumpra uma demanda daquele mês, sem dar a devida importância que o debate necessita.

Durante o meu período de estágio na educação infantil, consegui perceber práticas pedagógicas positivas, voltadas para a implementação da Lei 10.639/2003, advindas da professora regente, relacionadas às diferenças raciais e familiares. Nas atividades propostas às crianças, tais como a confecção de um retrato sobre seus pais e suas características físicas e a elaboração de um autorretrato, por várias vezes, as mesmas tiveram que comparar o seu tom de pele com a do colega para fazer a atividade.

Tais práticas pedagógicas ajudaram as crianças a compreenderem, mesmo que sutilmente, as diferenças com as quais convivemos no dia a dia, a se observarem e a identificarem seus traços físicos, além de compararem com a dos colegas, percebendo a diversidade presente na sala de aula. Práticas como essas são importantes para a formação das

crianças e contribui para a perspectiva adotada, neste trabalho, uma vez que consegui observar melhora na auto identificação das crianças, que valorizaram os seus traços e de seus familiares, a partir das atividades realizadas.

Diante do exposto, faz-se necessário que crianças negras conheçam a si mesmas, a sua história, que possam ter orgulho de quem são, dos seus antepassados e de quem se tornarão. Para que isso aconteça, é necessário que outras histórias sejam ensinadas, pois só admiramos o que conhecemos.

A escola deve considerar que seu papel no processo de construção de identidade é muito importante, haja vista que é na instituição escolar que as crianças têm os primeiros contatos, de forma duradoura, com as outras pessoas, semelhantes e diferentes dela. Sendo assim, durante a nossa atuação, enquanto professores, possuímos uma grande responsabilidade na construção do respeito, da auto-estima, do reconhecimento, pertencimento e valorização entre os alunos.

Nós, enquanto educadores, precisamos identificar atos racistas em sala de aula, bem como intervir e propor vivências que contemplem costumes e tradições africanas e afro-brasileiras. Nilma Lino Gomes (2005, p. 149) ressalta que é de suma importância trazer a realidade para a sala de aula, pois “uma coisa é dizer, de longe, que se respeita o outro, e outra coisa é mostrar esse respeito na convivência humana, é estar cara a cara com os limites que o outro me impõe, é saber relacionar, negociar, resolver conflitos, mudar valores.”

Vera Candau (2017) nos faz refletir sobre a relação entre “igualdade” e “diferença”, ao mostrar que quando relacionamos esses dois conceitos, logo pensamos que um seja o antônimo do outro, mas a autora nos diz que não, na verdade “igualdade” é antônimo de desigualdade, enquanto a “diferença” é o antônimo de padronização.

A partir de suas reflexões, me recordei de uma sucessão de fatos ocorridos durante minha trajetória escolar e acadêmica, em que por diversas vezes escutei e falei que “todos somos iguais” e, somente na graduação, a partir da fala de um colega de sala, em que ele refletiu sobre não sermos iguais e como isso é a parte interessante das nossas relações, pude entender, de fato, o “peso” de não nos julgarmos similares.

Sendo assim, destaco o quão queremos ser diferentes e iguais ao mesmo tempo. Iguais, no sentido de igualdade de direitos e deveres perante a justiça e as leis, todavia os direitos devem atender às demandas de cada pessoa, seja em relação à etnicidade ou a fim de atender as acessibilidades que cada sujeito necessita. Precisamos então de equidade, a fim de que os direitos de cada pessoa sejam atendidos de acordo com suas particularidades. Para

além disso, o quão queremos ser diferentes em relação ao outro, as suas especificidades, culturas, gostos e etc.

Ao explorar as questões referentes à diferença e a igualdade, Vera Candau (2017) retoma a seguinte afirmação de Boaventura de Souza Santos: “Temos o direito de reivindicar igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos o direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”. Compreendo, portanto, que ambos os conceitos são propícios, pois buscam assegurar, ao mesmo tempo, nossas diferenças e um tratamento igualitário.

Partindo destes elementos e, a fim de atender aos objetivos do presente trabalho, foi utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183):

Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Considerando os limites deste trabalho, foi realizado o levantamento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da licenciatura em Pedagogia, da UFOP, disponibilizados no repositório da instituição, cujo objetivo tenha sido analisar as práticas pedagógicas que contribuíram para o processo de construção da identidade das crianças negras em escolas da cidade de Mariana e/ou como a lei 10.639/2003, é implementada nos trabalhos analisados.

Em consulta ao repositório da UFOP, utilizei os seguintes descritores: práticas pedagógicas e identidade negra; Lei 10.639/2003 e identidade negra; Lei 10.639/2003 e práticas pedagógicas; Lei 10.639/2003 e crianças negras. Foram encontrados 12 resultados entre os anos de 2014-2024 e, dentre esses, apenas dois títulos, a partir de seu resumo, atendiam aos objetivos deste trabalho.

Para melhor apresentação dos dados, o trabalho está organizado em duas categorias de análise, sendo a primeira intitulada “Práticas e recursos pedagógicos: contribuições para o reconhecimento identitário”, em que mostrarei os recursos mais utilizados pelos(as) docentes e como eles contribuem para a identidade da criança negra. Logo após, apresento a categoria “Adesão dos professores à lei 10.639/2003”, onde discuto a forma que os(as) docentes aderem à lei, nos ambientes escolares.

PRÁTICAS E RECURSOS PEDAGÓGICOS: CONTRIBUIÇÕES PARA O RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO

Apesar de haver vários Trabalhos de Conclusão de Curso voltados para a identidade negra e para as práticas pedagógicas, efetivamente, poucos tratam dos dois assuntos simultaneamente, sobretudo no contexto de Mariana (MG). Essa informação nos faz questionar por que os dois assuntos são dificilmente discutidos ao mesmo tempo: ela remeteria a ausência de práticas pedagógicas nas escolas voltadas para a identidade da criança negra? Ou será que as práticas existem, mas não se tornaram objeto de investigação e por isso não são pesquisadas e publicadas? Ou, ainda, em função da Lei, parte-se do princípio de que a grande maioria dos educadores já a conhecem e, portanto, já a implementam na escola?

O quadro abaixo apresenta os dados iniciais dos trabalhos analisados, como autoria, ano de publicação, palavras-chave e link para acesso no repositório da instituição.

Quadro 1 - Trabalhos de Conclusão de Curso disponíveis no Repositório da UFOP.

Nº	Título	Autora	Palavras-chave	Ano	Link
1	Análise de obras de literatura infantil utilizadas como recurso pedagógico no município de Mariana (MG) : a educação infantil como espaço de valorização e construção de identidades de crianças negras.	Agatha Danielli Liberato Ferreira Anastacio	Educação infantil - Minas Gerais; literatura infanto juvenil; crianças negras - educação - Minas Gerais - negros - identidade racial	2023	http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/5475
2	Relato de experiência : leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas implementações numa escola pública em Mariana-MG.	Emmilly Gonçalves Pereira	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência; Cultura afro-brasileira - estudo e ensino; Professores - formação.	2023	https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/6855

Fonte: Organização da autora.

No processo de análise dos TCC 's, faço algumas considerações a respeito das práticas pedagógicas evidenciadas, enfatizando, inicialmente, a recorrência de obras de Literatura Infantil analisadas por Agatha Liberato, e utilizadas por professoras em Mariana, bem como

as dificuldades encontradas pela pesquisadora Emmily Pereira, ao propor atividades com a temática africana e afro-brasileira em uma escola pública.

Para a realização deste trabalho, considerou-se que “uma aula ou um encontro educativo tornar-se-á uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades” (FRANCO, 2016, p. 536). Enquanto os recursos didáticos compreendem “todos os meios e recursos materiais utilizados pelo professor e pelos alunos para a organização e condução metódica do processo de ensino e aprendizagem” (LIBÂNEO, 2006, p.173), tais como materiais recicláveis, recursos impressos, livros, entre outros.

Em seu trabalho, Ágatha Liberato (2023) analisou livros de literatura infantil utilizados por professoras da Educação Infantil do município de Mariana. As obras foram selecionadas a partir de uma pesquisa anterior, na qual após serem questionadas sobre quais eram as práticas/recursos adotados para se trabalhar na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais, a grande maioria sinalizou as obras literárias como recurso/prática pedagógica principal.

Ágatha Liberato (2023) realizou uma detalhada análise de cada livro, ressaltando pontos positivos e negativos de cada um, sendo eles: “A Bonequinha Preta” (Alaíde Lisboa de Oliveira, 1938), “Menina Bonita do Laço de Fita” (Ana Maria Machado, 1986), “O cabelo de Lelê” (Valéria Belém, 2007), “Peppa” (Silvana Rando, 2009), “Chico Juba” (Gustavo Gaivota, 2011) e “Era Uma Vez um Gato Xadrez” (Bia Vilela, 2016).

Ágatha Liberato (2023) organiza duas categorias de análise principais a serem discutidas, sendo elas: “Abordagem das características físicas das(os) personagens: a (in)satisfação com o cabelo crespo e o tom da pele” e “Abordagem dos comportamentos das(dos) personagens: discursos sobre o pesquisar, o inventar, o “fazer arte” e o desobedecer”.

Na primeira categoria de análise, a começar pelos cabelos, três dos seis livros analisados o trazem como narrativa principal. Três deles tratam diretamente sobre os cabelos crespos/cacheados e dois deles apresentam aspectos positivos acerca das madeixas, mesmo que, de início, os personagens apresentem certa insatisfação com suas madeixas. Além desses três, um dos seis livros analisados, intitulado “Menina bonita do laço de fita” ressalta a beleza dos “cachinhos” da personagem mesmo que o cabelo crespo não seja a temática central da narrativa.

Ainda que os livros, como “O cabelo de Lelê” e “Chico Juba”, iniciem com a insatisfação dos personagens acerca dos cabelos, no decorrer das narrativas, os personagens reconhecem e valorizam a história de seus cabelos. Ao mesmo tempo, o aparecimento de

diversos penteados nas histórias contribui ainda mais para a construção e valorização da identidade e autoestima da criança negra. Segundo a autora, acerca de uma cena do livro “A Menina Bonita do Laço de Fita”:

[...] é possível afirmar que usar tranças está relacionado a uma tradição africana e pode ser considerado algo atrelado ao cuidar. A importância desse penteado perpassa a infância das crianças negras, contribuindo significativamente para a construção da identidade. (ANASTÁCIO, 2023, p.17)

Embora a autora tenha citado exemplos positivos de livros acerca do cabelo crespo/cacheado, a mesma também nos apresenta e critica o posicionamento do livro “Peppa”. Nesta obra, a personagem “tem o cabelo mais forte do universo” já que com ele, ela consegue puxar seu berço, arrastar a sua geladeira, brincar de cabo de guerra com as amigas, entre outros. Além disso, a mãe de Peppa utiliza os fios de seu cabelo como uma espécie de arame para amarrar pacotes, precisando do auxílio de um alicate para cortar o cabelo da menina.

No final do livro, a personagem permanece com o seu cabelo natural após haver a tentativa de alisamento. Ao ver as desvantagens de se ter o cabelo alisado, tais como não poder entrar na piscina e não poder correr, para não suar, a personagem desiste de manter o penteado e opta por seu cabelo natural. Tendo em vista que este livro gerou polêmica, pela abordagem adotada, em entrevista ao Portal de Notícias do G1, a autora do livro infantil afirma que tinha por objetivo abordar a importância de “se libertar dos padrões de beleza para viver a infância²”.

Quando falamos de valorização da identidade de pessoas negras há diversas outras formas de demonstrar esse orgulho de suas raízes, sem precisar abdicar de quem se é em prol de um padrão de beleza. Ao analisar o livro “Peppa”, o mesmo reforça o quão o cabelo crespo ainda está associado a estereótipos racistas dados à sua textura.

Portanto, há uma preocupação sobre os modos pelos quais as professoras utilizam esses livros, a ponto dele ser utilizado em suas práticas pedagógicas a fim de valorizar a identidade da criança negra. Questiono se esse, de fato, tem sido um bom instrumento para atender as exigências que a lei 10.639/03 estabelece.

No que diz respeito às cores de pele trazidas nos livros analisados, resalto alguns pontos que chamaram a atenção na análise das obras. Primeiramente, dos seis livros

² Segundo ela: O livro em questão fala da vaidade exagerada na infância, de trocar a liberdade de ser criança pelos padrões de beleza [...] O preço que pagamos por tentarmos entrar num molde que não nos pertence. Gostar de como somos é tão maravilhoso que quis deixar isso num livro para as crianças. (RANDO, 2017).

analisados, quatro têm personagens negros como protagonistas, exceto dois livros, sendo eles “Era uma vez um gato xadrez”, que tem por objetivo ensinar as cores para as crianças, o que pode ser observado nas frases “Era uma vez um gato azul. Levou um susto e fugiu para o sul” (p.5) [...] “Era uma vez um gato vermelho. Entrou no banheiro e fez careta no espelho” (p. 7) [...]” (ANASTÁCIO, 2023, p. 11). Do modo como a narrativa foi construída, ela não contribui, diretamente, para a construção da identidade negra e auto-estima das crianças negras, uma vez que não faz referência a nenhuma característica fenotípica da população negra e demanda maior mediação docente.

A obra “Peppa” também não apresenta uma personagem de pele preta como protagonista, já que a personagem possui a pele clara. Para além disso, mesmo que algumas obras não mencionem que o personagem possui a pele preta, através das ilustrações conseguimos perceber essa característica presente.

Ressalto que ainda que as obras apresentem personagens negras como protagonistas, a autora enfatiza algumas falas problemáticas em relação às características das personagens nos livros “A bonequinha Preta” e “Menina Bonita do laço de fita”,:

Contudo, nos livros “A Bonequinha Preta” e “Menina Bonita do Laço de Fita”, existem elementos que precisam ser problematizados, no que se refere às suas contribuições para essa valorização, pois observa-se a reiteração de estereótipos relacionados à população negra. Na primeira obra, a Bonequinha tem sua cor comparada ao carvão, da seguinte forma: “A Boneca de Mariazinha é preta como carvão” (p. 5). Esse elemento é importante, pois algumas crianças negras têm sua cor associada ao carvão de forma pejorativa e não como elogio. Sobre essa questão, Tolentino (2018, p. 34) destaca que “Ao longo de toda trajetória escolar, dificilmente um indivíduo negro não será alvo de apelidos ou xingamentos que inferiorizam e desqualificam seus traços físicos: "beijuda/o", "macaca/o" e carvão" são alguns deles”.

Outra questão se apresenta problemática, como no seguinte momento: “A boneca de Mariazinha é muito bonita! Ela tem duas trancinhas, tem a boca vermelha e os olhos redondos”. Apesar da narrativa afirmar que a boneca é bonita, a ilustração não condiz com o descrito, pois o desenho não demonstra a beleza negra com a finalidade de proporcionar uma identificação e até mesmo uma inspiração para as crianças negras: a boneca reproduz estereótipos genéricos estigmatizados, presentes na sociedade, com relação ao negro. Lima (2005, p. 102) afirma que “As imagens ilustradas também constroem enredos e cristalizam as percepções sobre aquele mundo imaginado”. Desse modo, se as imagens reforçam uma perspectiva desvalorizada dos personagens negros, logo as crianças não vão querer ser comparadas com ele, não vão se sentir representadas. (ANASTÁCIO, 2023, p. 19- 20)

A partir dessas análises, concluímos que apenas representar os personagens, fenotipicamente, com traços negros nos livros de literatura infantil não é suficiente, na perspectiva de uma educação antirracista. Precisamos oferecer boas referências de características do grupo étnico-racial dessas crianças, a fim de que haja reconhecimento positivo acerca de seus antepassados, culturas e traços físicos, contribuindo para a identidade e autoestima das crianças negras, de modo que se sintam pertencentes à cultura afro-brasileira.

No subtópico “Abordagem dos comportamentos das(dos) personagens: discursos sobre o pesquisar, o inventar, o “fazer arte” e o desobedecer”, a autora inicia a discussão apontando elementos positivos acerca dos comportamentos de alguns personagens dos livros analisados, como: o fato de Chico Juba ser exaltado como cientista, Lelê buscar conhecer suas origens, os hobbies praticados pela “Menina Bonita do Laço de Fita”, entre outros.

Porém, destaca-se também a forma pejorativa como o termo “fazer arte” aparece nos livros “Menina Bonita do Laço de Fita” e “A Bonequinha Preta”. Segundo Anastácio (2023, p. 23):

Uma outra crítica a essa obra, está relacionada ao fato de quando a mãe “mulata” explica para a menina que ela é pretinha em função das “artes de uma avó preta que ela tinha” (MACHADO, 2000, p. 14). [...] Esse enunciado “Artes”, é importante, porque ele também foi utilizado por Oliveira (2004) na obra “A bonequinha preta”. Na referida obra, ele é mencionado no momento em que Mariazinha pede para a boneca não a desobedecer, dizendo: “Fique muito quietinha em casa e não faça arte” (OLIVEIRA, 2004, p. 10), mas logo em seguida, a Bonequinha acaba fazendo a “arte”, pois não obedece a Mariazinha.

Ao pesquisar o significado de arte, em dicionário do contexto da obra, a autora destaca a associação do enunciado a algo difícil, astúcia, artimanha, maldade, travessura, entre outros significados. Tal termo traz a ideia de que as personagens negras possuem essa “malícia” de fazer algo errado, de serem sempre desobedientes, ao contrário do que vemos representados em personagens brancas, em que trazem sempre uma ideia de pureza, delicadeza, um “aura angelical”, prejudicando a formação de identidade da criança negra. Para a autora:

Essas abordagens distintas, no contexto da Educação Infantil, podem reverberar na identidade, valorização, autoestima e autoimagem positiva dessas crianças, pois remetem a narrativas que a origem e comportamento do negro estão associadas a algo errado, a alguma “arte”. (ANASTÁCIO, 2023, p.24)

Sendo assim, vemos a necessidade de criar/compartilhar representações positivas acerca da população negra, já que quando são apresentados livros, filmes, séries, desenhos,

entre outros de maneira negativa, reforça um estereótipo de que tem “algo de errado” em sua aparência/cultura.

No que diz respeito às ações realizadas por Emmilly Pereira (2023), por sua vez, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)³, optou por confeccionar, junto às crianças, a boneca Abayomi, bem como construir um jogo de cartas dos orixás. O segundo recurso foi escolhido por haver afinidade das crianças com este tipo de jogo em suas brincadeiras cotidianas.

Irei focar a discussão no capítulo intitulado “Minha jornada de formação”, no qual a autora, além de apresentar a sua experiência pessoal em relação ao ingresso no programa, também nos relata as atividades realizadas junto aos alunos, bem como outras providências sobre a adesão dos professores ao projeto, tema que discutiremos no próximo tópico.

Vale destacar que a autora mencionada é uma mulher negra, cujo interesse pelo tema é decorrente de suas vivências. O projeto foi realizado em uma escola da rede estadual do município, do Ensino Fundamental I que, após finalização do programa, passou por um processo de municipalização. Emmilly Pereira nos apresenta algumas iniciativas da instituição em relação à temática dos povos originários, que ocorriam de maneira restrita, já que só se lembravam da cultura indígena no dia 19 abril, dia destinado à comemoração do Dia dos Povos Originários. Esta situação se assemelha ao que se observa em relação ao Dia da Consciência Negra, em novembro, momento em que, em alguns casos, a cultura negra é mostrada/valorizada pela comunidade escolar somente nessa época do ano.

A ação do grupo de estudantes do PIBID nessa escola, em referência a cultura negra, segundo a autora, ocorreu por meio da

[...] confecção da boneca abayomi com uma convidada que também contou a história da boneca, realizamos a montagem de um jogo de cartas de frente e verso com a face dos orixás da cultura iorubá, o jogo era da seguinte forma: após um período de estudo e apresentação dos orixás e suas funções, era lido em voz alta pelo regente da turma os cartões com as características dos orixás, em grupo, os estudantes recebiam os cartões com as imagens dos Orixás, após a leitura do regente, os alunos tinham um tempo para debater entre eles, qual era o orixá apresentado pelo regente, após os debates, era erguido pelos estudantes o cartão com o orixá que eles julgavam ser o certo. (PEREIRA, 2023, p.14)

³ De acordo com a CAPES (2014, atualizado em 2024), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira.

O PIBID busca proporcionar a inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica para os discentes dos cursos de licenciatura, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior.

As oficinas oferecidas pelo grupo possuem relevância ao abordar temáticas pouco exploradas nas aulas. O recurso citado, o jogo de cartas dos orixás, foi escolhido porque os estudantes bolsistas do PIBID queriam aproximar a realidade dos alunos da instituição à atividade, já que no ano em que o projeto aconteceu (2019), o jogo de cartas era “febre” entre as crianças participantes, como a autora mesmo salienta. O uso do jogo de carta para o desfecho da atividade foi de suma importância, pois conforme aponta Lopes (2019, p. 10):

Quando o professor aproxima a realidade dos estudantes com os assuntos abordados em sala de aula, ele desperta a atenção e o interesse dos mesmos, que se sentem valorizados e se identificam mais com o que está sendo estudado, facilitando a aprendizagem.

Sendo assim, entendemos o valor que tal recurso didático proporciona(ou) na aprendizagem das crianças pois, possivelmente, se os estudantes bolsistas tivessem apresentado a temática de outra forma, o assunto poderia não ter sido tão bem recebido pelos estudantes beneficiados pelo projeto.

Os recursos aproximaram as crianças não só de sua realidade, bem como da cultura afro-brasileira, uma vez que o jogo trouxe de maneira positiva, assim como já mencionado, tradições importantes deste povos. Conforme ressalta Inaldete de Andrade (2005, p. 120):

É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana.

Portanto, ao trazer representatividades/referências positivas para as crianças negras, contribui-se para que as mesmas cresçam com a percepção de pertencimento a um lugar, a uma cultura, construindo a sua identidade e, conseqüentemente, prosperando a sua autoestima.

ADESÃO DOS PROFESSORES E DA GESTÃO ESCOLAR A LEI 10.639/2003

Neste tópico apresento a análise acerca da adesão (ou não adesão) dos(as) professores(as) em relação à Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Os elementos privilegiados para esta análise foram a urgência da formação continuada e a relevância da mediação das mesmas obras literárias mencionadas pela Agatha Anastácio (2023) nas escolas, assim como a reação de professores(as) em relação a chegada do PIBID Afro-Indígena, projeto desenvolvido pela Emmilly Pereira (2023), numa escola de Mariana.

Anastácio (2023) nos mostra uma recorrência dos mesmos títulos para se trabalhar com as relações étnico-raciais, por parte das professoras, além da presença de dois livros publicados há mais de 85 e 36 anos, respectivamente, sendo eles “A Bonequinha Preta” e “Menina Bonita do Laço de Fita”, respectivamente. A autora afirma que, “quanto mais antiga a obra literária, maiores são as chances de conter estigmas sobre o corpo do negro” (ANASTÁCIO, 2023, p. 25).

Inaldete de Andrade (2005), questiona os leitores sobre a identidade da criança negra. Como essa seria construída sem referências positivas sobre ela? Como apreciá-la (a identidade) se equipararmos as vivências de crianças negras com as de crianças não negras? A autora questiona: “que orgulho tem a criança negra quando busca na memória a história do seu povo? Qual o papel do seu povo na história do Brasil? Como a família que coleciona a mesma memória administra as inquietações – ou o silêncio – dessa criança?” (ANDRADE, 2005, p. 120).

Nos dias de hoje, temos diversas obras com referências positivas sobre a pessoa negra, tais como: “As tranças de Bintou” (Sylviane A. Diouf, 2004), “O pequeno príncipe preto” (Rodrigo França, 2020) e “O mundo no black power de Tayó” (Kiusam de Oliveira, 2013), que trazem esse protagonismo da criança negra e colaboram para a implementação da lei 10.639/2003. Portanto, mesmo que algumas obras utilizadas pelas professoras(as) tenham aspectos favoráveis para as relações étnico-raciais e haja o esforço dos(s) professores(as) em abordarem a questão, ainda assim certas obras apresentam elementos problemáticos devido ao pensamento e contexto da época em que foram publicados, o que exige um olhar crítico e reflexivo por parte do docente.

Devido a falta de formação adequada no campo da educação para as relações étnico-raciais, o conhecimento sobre novos títulos e diferentes perspectivas literárias, demonstra-se ser insuficiente. Por isso, torna-se fundamental investir em formação continuada de professores, para que tenham repertório ampliado e possam selecionar materiais que representem, de forma plural e respeitosa, a diversidade presente em nossa sociedade.

Numa outra perspectiva, Inaldete de Andrade (2005) nos apresenta, a partir de um trabalho com oficina, baseada na leitura de livros infanto-juvenis com o protagonismo negro,

intitulada “Oficinas de Auto-estima/Identidade Racial⁴”, como esta dinâmica auxilia na construção da identidade e auto-estima da criança preta:

Para refazer o presente – a identidade – a Oficina leva ao caminho de volta – a memória – aproveitando ou estimulando no prazer da leitura e, através dessa, a construção da auto-estima. É tentar refazer a história individual na história coletiva então desprovida, na maioria das vezes, de referências encobertas na memória. Positivar o lado negro de cada criança, positivar o passado escravo, através das histórias de resistências ou de simples amostras de ilustrações de personagens negras. (ANDRADE, 2005, p. 120)

Quando recursos pedagógicos como esses são apresentados de forma positiva em sala de aula, eles favorecem o fortalecimento da identidade dos estudantes, estimulam a empatia e desenvolvem o senso crítico diante de situações racistas, evidenciando a importância de inserir representatividade no contexto escolar.

É neste sentido que destaca-se o projeto desenvolvido por Emmilly Pereira, no qual ela nos relata as dificuldades da escola em aderir ao projeto, em função de sua temática, uma vez que a diretora da instituição, uma mulher também negra, apresentava relutância quanto à implementação do projeto. Segundo a autora, a gestora da instituição

[...] apresentava comportamentos de resistência e conservadores quanto a ele, em uma demonstração clara de racismo estrutural que permeia o imaginário social brasileiro, em uma ideia de que para o racismo acabar é melhor que não se fale dele. (PEREIRA, 2023, p.13)

Questões como essas, infelizmente, não ocorrem somente em Mariana. Nilma Gomes e Rodrigo Jesus (2013), ressaltam em sua pesquisa, cujo objetivo é apresentar os resultados da implementação da lei 10.639/2003 em escolas brasileiras, os seguintes elementos:

O desinteresse pelas questões étnico-raciais notado em algumas escolas não diz respeito apenas às questões do racismo, da discriminação, do preconceito e do mito da democracia racial. Está relacionado também ao modo como os/as educadores/as lidam com questões mais gerais de ordem política e pedagógica, por exemplo, formas autoritárias de gestão, descompromisso com o público, desestímulo à carreira e à condição do/a docente, bem como visões políticas conservadoras de maneira geral. [...] Algumas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas revelaram-se pautadas em interpretações dogmáticas de cunho religioso, demonstrando a presença da intolerância religiosa. (GOMES; JESUS, 2013, p. 30-31)

⁴ Segundo Andrade (2005, p. 119), a oficina é organizada da seguinte forma: “Pede para se fazer a leitura individual ou coletiva, de acordo com a disposição do grupo ou do(a) facilitador(a). Finda a leitura, faz-se a análise, estimulando a expressão da turma que pode ser oral ou em desenho, dependendo de como a pessoa ou grupo queira expressar-se [...]. Nas interpretações é possível apreender a manifestação da identidade racial, problema do grupo participante. Feita a exposição, fazem-se as observações necessárias, situando o presente para projetar o futuro com o estímulo à promoção da auto-estima da criança.”

A negação do racismo, por parte da gestão, reflete diretamente nas tomadas de decisões dos(as) docentes no que se refere às práticas pedagógicas sobre a temática, pois dificulta nas salas de aula. Outro aspecto que impede a implementação efetiva da lei nas escolas, assim como a falta de interesse, é a carência de uma formação adequada acerca do assunto por parte dos(as) docentes, assim como apresenta os autores citados anteriormente. Para eles,:

Os conhecimentos dos próprios docentes sobre as relações étnico-raciais e sobre História da África ainda são superficiais, cheios de estereótipos e por vezes confusos. (GOMES; JESUS, 2013, p.31)

Se os(as) docentes, responsáveis por mediar conteúdos, não souberem o mínimo sobre a história afro-brasileira e sua importância, dificilmente conseguirão promover ações favoráveis à construção da identidade das crianças negras, bem como se comprometerem com o desenvolvimento do senso crítico de sua turma.

Nilma Gomes e Rodrigo Jesus (2013, p. 22), ainda ressaltam que:

A aprovação e a paulatina implementação dessa legislação, fruto das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com os demais aliados da luta antirracista, sinaliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Implica, também, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contraponha à presença do racismo e de seus efeitos, seja na política educacional mais ampla, na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de professores, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola.

Portanto, compreende-se que embora saibamos que há políticas públicas que buscam garantir a efetivação do trabalho com a temática étnico-racial nas escolas brasileiras, ao investigar as escolas, infelizmente ainda percebemos que existe a falta de discussão por parte da gestão/professores, entre outros membros da comunidade escolar.

Para que a inserção possa render bons frutos, Nilma Lino Gomes (2005, p.152) afirma que:

Pensar na inserção política e pedagógica da questão racial nas escolas significa muito mais do que ler livros e manuais informativos. Representa alterar os valores, a dinâmica, a lógica, o tempo, o espaço, o ritmo e a

estrutura das escolas. Significa dar subsídios aos professores, colocá-los em contato com as discussões mais recentes sobre os processos educativos, culturais, políticos. Mas, para que isso aconteça, não basta somente desejarmos ardentemente ou reclamarmos cotidianamente de que nenhuma iniciativa tem sido tomada. A escola e os educadores têm que se mobilizar.

É preciso que a comunidade escolar esteja em comum acordo, compartilhando de princípios que visam o crescimento da instituição escolar, não só em tamanho ou valores monetários, no caso de instituições privadas, mas também em pautas sociais importantes para o desenvolvimento de identidade, de pertencimento, de senso crítico e moral dos estudantes.

Além disso, outro desafio enfrentado por Emmilly Pereira esteve relacionado aos genitores dos alunos, pois ao trabalhar com o jogo de cartas dos orixás, os mesmos apresentaram comportamentos preconceituosos, alegando que não queriam que seus filhos aprendessem sobre “macumba” na escola. Afirmavam, ainda, que esse não deveria ser o comportamento de educadores em uma sociedade cristã, desrespeitando/desconsiderando a existência de outras religiões, assim como evidenciando o racismo religioso.

A autora não menciona as atitudes tomadas pela gestão escolar sobre esse ocorrido e nem se teve alguma posição por parte da direção, referente a tais comentários. Infelizmente, essas situações são mais comuns do que podemos imaginar, a negação de culturas diferentes, a negação de diversidade, em geral, afeta todos os ambientes nos quais estamos inseridos, mas quando se trata da instituição escolar, espera-se que haja alguma atitude que faça com que os pais e alunos entendam que neste espaço não cabe esse tipo de discriminação. Portanto, assim como ressalta Nilma Lino Gomes (2005, p.154):

Todos nós estamos desafiados a pensar diferentes maneiras de trabalhar com a questão racial na escola. Será que estamos dispostos? Podemos, enquanto educadores(as) comprometidos(as) com a democracia e com a luta pela garantia dos direitos sociais, recusar essa tarefa? A nossa meta final como educadores(as) deve ser a igualdade dos direitos sociais a todos os cidadãos e cidadãs. Não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, dentre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos... Dessa forma, entendo o processo educacional de uma maneira mais ampla e profunda. Poderemos avançar no nosso papel como educadores/as e realizar um trabalho competente em relação à diversidade étnico-racial.

Enquanto educadores(as), é de suma importância que possamos trazer nossos posicionamentos, não nos deixando silenciar pelos comentários feitos por familiares ou

colegas de trabalho que possuem pensamentos racistas. Na docência é comum nos sentirmos descredibilizados/amedrontados, como se o posicionamento dos familiares limitasse nossa prática, sobre o que podemos ou não trazer para a sala de aula. Mas a educação é um direito da criança e se é um direito, porque os privar de acessar o que é seu, assegurado pela lei?

Se acreditamos que a melhor maneira de construir uma sociedade que tenha sua identidade cultural/social reconhecida e valorizada, o senso crítico apurado e a autoestima consolidada é se falando sobre o assunto, então, é por aí que devemos traçar nossas metas e inserir as discussões que julgamos necessárias, independentemente de possíveis atitudes que possam de alguma forma nos intimidar de exercer a nossa profissão, conforme a lei ordena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou estudos que analisaram práticas voltadas para a educação das relações étnico-raciais em escolas da cidade de Mariana (MG), a fim de verificar como contribuem para a construção da identidade e auto-estima das crianças negras da Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Conclui-se que as escolas do município analisadas, embora tenham práticas e recebam projetos favoráveis a implementação da lei 10.639/2003, ainda assim utilizam recursos pedagógicos que nem sempre atendem as demandas da lei, além de apresentarem atitudes racistas quando as temáticas relacionadas à população negra se distanciam do que entendem como tradicional.

Sendo assim, é necessário que haja mais comprometimento das escolas com a temática, ampliando a discussão sobre o tema. Há a necessidade de mostrar aos pais a importância de trabalhar na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais de diversas maneiras, com diferentes recursos, para que compreendam a relevância do assunto, assim como orientar as crianças sobre como se comportar mediante comentários feitos sobre o assunto, seja pelos familiares, seja por pessoas da comunidade.

Além disso, há também a necessidade dos professores(as) se atualizarem em relação aos recursos utilizados, através de uma sólida formação inicial e continuada, bem como as parcerias com os PIBID's e NEABI atuantes na UFOP. É igualmente importante que abordem outros autores, que façam uma análise crítica acerca do livro/recurso utilizado, avaliando se aquele livro realmente contribuirá para a formação da identidade do aluno e sua autoestima, além de discutir se a obra aguça o senso crítico das crianças em relação às discussões étnico-raciais.

No ambiente escolar, especialmente tratando-se das relações étnico- raciais, é importante que deixemos claro que não somos iguais, diferentemente do que nos é dito, mas independente disso, é necessário que nos respeitemos nas nossas diferenças, que possamos reconhecer as diferenças dos outros e saber como lutar ao lado daqueles que são vistos como minorias.

Logo, para que a escola possa se tornar um ambiente acolhedor, livre de preconceitos, em que os alunos (re)conheçam a sua identidade, faz-se necessário que toda a comunidade escolar caminhe junto, não ignorando as questões trazidas pelos alunos, e sim discutindo a raiz do problema. A fim de que a escola possa, de fato, ser um lugar em que os estudantes se sintam livres para debater e questionar determinados assuntos e/ou posicionamentos, tanto na escola, quanto nos ambientes externos a ela, tornando-se conhecedores dos seus direitos e deveres para com o outro. Contribuindo, enfim, para uma educação antirracista que, de fato, ajude as crianças a perceberem as suas diferenças e a valorizar as diversidades do mundo.

REFERÊNCIAS

- ACUSAÇÃO de racismo faz autora tirar livro 'Peppa' de circulação. **G1**, 2017. Disponível em:
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/acusacao-de-racismo-faz-autora-tirar-livro-peppa-de-circulacao.ghtml>. Acesso em: 03 de Out. de 2024.
- ANASTÁCIO, A. D. L. F. **Análise de obras de literatura infantil utilizadas como recurso pedagógico no município de Mariana (MG) : a educação infantil como espaço de valorização e construção de identidades de crianças negras.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana - MG, p. 32. 2023.
- ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a auto-estima da criança negra. **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 117.p.: il. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em 03 de outubro de 2024.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pibid – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência [online]. Brasília: CAPES, 01 jan. 2014 (atualizado em 21 jun. 2024). Disponível em:
<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em: 7 set. 2025.
- CINEAD LECAV. Abecedário de Educação e Interculturalidade com VERA CANDAU. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0OWPYJUaT10>. Acesso em 07 de novembro de 2023.
- EDIFY EDUCATION**, 2024. Afinal, o que são práticas pedagógicas?. Disponível em:
<https://edifyeducation.com.br/blog/praticas-pedagogicas/#:~:text=J%C3%A1%20as%20pr%C3%A1ticas%20pedag%C3%B3gicas%20s%C3%A3o,como%20o%20trabalho%20do%20professor>. Acesso em: 13 de Outubro de 2024.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **R. Bras. Est. Pedag.** [online]. 2016, vol.97, n.247, pp.534-551. ISSN 2176-6681. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>.
- GAMBINI, Roberto. Multiculturalismo no Brasil. YouTube, 8 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xkwwIrdNZFU>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em 28 de novembro de 2023.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 29, n. 47, p. p. 19-33, mar. 2013. ISSN 1984-0411. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/31329/20035>>. Acesso em: 13 out. 2024.

LAGUM. **Habite-se**. Lagum. Sony Music, 2023. Streaming. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=rvb1JrI1-yA>. Acesso em: 13 de Outubro de 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M, MA. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: 2003.

LAMEGO, C. R. S.; SANTOS, M. C. F. Multiculturalismo e educação intercultural: narrativas de professores sobre preconceito e abordagens culturais na escola. **Dialogia**, São Paulo, n. 29, p. 111-121, mai./ago. 2018. Disponível em:

<<https://doi.org/10.5585/Dialogia.n29.8810>>.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, L.C. **O uso de recursos didáticos na motivação da aprendizagem em ciências**.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Ciências Naturais) - Faculdade UnB Planaltina, Licenciatura em Ciências Naturais, Universidade de Brasília. Planaltina - DF, p. 33. 2019.

MARTÍNEZ, S. A. **A CRIANÇA E O ENSINO DE CIÊNCIAS: PESQUISAS, REFLEXÕES E EXPERIÊNCIA**. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2014, 275 p.

Disponível em: <https://uenf.br/extensao/editora/wp-content/uploads/sites/2/2020/10/MARTINEZ-Silvia.-A-crianca-e-o-ensino-de-Ciencias-livro.ciencias- livro>.

PEREIRA, E. G. **Relato de experiência: Leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas implementações numa escola pública em Mariana-MG**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana - MG, p. 22. 2023.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.**

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, 156 . p.